

NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE DINHEIRO E VALOR: UMA CRÍTICA À ABORDAGEM DE LAPAVITSAS E ITOH

Alexandre Possidente Taveira¹

Resumo

Makoto Itoh e Costas Lapavitsas desenvolvem uma abordagem particular da teoria monetária de Marx que visa dar conta das especificidades históricas das categorias desenvolvidas. Adicionalmente, os autores procuram defender a gênese histórica do dinheiro no processo de troca de mercadorias a partir de sua leitura da evolução das formas do valor. O dinheiro aparece então como forma do valor, emergente do processo de troca. Mas esse resultado é construído partindo-se do pressuposto de que as formas do valor podem ser derivadas sem referência ao trabalho abstrato como substância do valor. Este artigo visa formular uma crítica a essa abordagem, a partir de elementos metodológicos que tornam problemática a separação entre forma e substância do valor e, conseqüentemente, o conceito de dinheiro derivado por Itoh e Lapavitsas. Procura-se identificar então as conseqüências desses problemas para o entendimento da gênese histórica do dinheiro.

Palavras chave: Teoria monetária marxista, Dinheiro, Valor

Classificação JEL: E40, B51, Z13

1. Introdução

O crescente interesse nas abordagens monetárias heterodoxas, além de suscitar a retomada e a renovação de diversas correntes teóricas alternativas, tem provocado um constante debate entre essas correntes sobre a natureza dos fenômenos monetários contemporâneos. Em paralelo, as questões mais amplas a respeito da natureza do dinheiro, suas origens e seu desenvolvimento ganham um novo contorno. No centro dessas preocupações, ressurgem a questão: o que é o dinheiro?²

Para responder a essa questão, tem sido mobilizada uma ampla gama de evidências históricas e antropológicas a fim de sustentar uma ou outra definição de dinheiro. Do lado marxista, a resposta passa, invariavelmente, pelo reconhecimento do dinheiro como “forma do valor”, independente das diversas interpretações sobre esse conceito³. Mas enquanto o debate marxista é em grande parte absorvido pela questão sobre a necessidade ou não de que o dinheiro seja, para Marx e na realidade, uma mercadoria (cf. MOSELEY, 2005), o confronto

¹ Aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.

² Uma discussão de várias posições heterodoxas a esse respeito encontra-se no livro editado por John Smithin, precisamente com o título “What is Money?” (SMITHIN, 2000).

³ Um exemplo é o debate travado no Brasil sobre a “imaterialidade” da forma do valor, manifesto nas concepções diversas como as de Germer (2002), Corazza (2002) e Paulani e Rotta (2009).

com as evidências históricas e antropológicas coloca questões ainda mais amplas. Se a realidade atual do “dinheiro inconvertível” traz dificuldades para a teoria marxista do dinheiro como mercadoria, os estudos sobre a origem histórica do dinheiro induzem a questionamentos ainda maiores sobre a forma como Marx faz derivar o dinheiro das relações de valor das mercadorias.

Posto em termos simples, a dificuldade consiste em que a evidência aceita pela maioria dos antropólogos e historiadores localiza a origem do dinheiro fora da esfera da troca de mercadorias (INGHAM, 2001), enquanto Marx deriva seu conceito de dinheiro *logicamente* da relação entre essas mercadorias na troca. O problema apresenta dois aspectos. Do ponto de vista externo, é necessário confrontar as evidências que apresentam um desenvolvimento histórico do dinheiro aparentemente diverso do desenvolvimento lógico exposto por Marx. Mas há também um aspecto interno à teoria de Marx: o dinheiro é entendido como forma do valor, mas as relações sociais que constituem o conceito de valor surgem historicamente muito tempo após o dinheiro.

As formulações de Lapavitsas (2003) representam certamente um importante marco nesse debate, no sentido de que desenvolvem uma interpretação da evolução histórica do dinheiro que concilia a exposição lógica de Marx das formas do valor com as evidências históricas, ao mesmo tempo em que mantêm a origem do dinheiro na esfera da troca de mercadorias. Essa resposta ao aspecto “externo” do problema, no entanto, pressupõe uma interpretação da questão interna que Lapavitsas compartilha com Itoh, e particularmente associada à visão sobre a teoria do valor da escola japonesa de Uno (ITOH; LAPAVITSAS, 1999). Em termos gerais, essa interpretação consiste em dissociar a forma do valor de sua substância, trabalho abstrato, ou seja, consiste em dissociar a *forma* de seu conteúdo, o próprio *valor*, e desse modo derivar o desenvolvimento lógico das formas, tal como exposto por Marx, da troca de mercadorias sem referência ao trabalho abstrato (ITOH; LAPAVITSAS, 1999, p. 37).

Sem pretender negar a importância da contribuição de Lapavitsas e de Itoh para a compreensão marxista da natureza do dinheiro e de sua gênese histórica, o objetivo deste artigo é formular uma crítica a essa abordagem, levantando elementos que possam indicar suas insuficiências assim como apontar o caminho para uma abordagem alternativa. Como o problema em questão encontra-se acima de tudo na forma como Marx estabelece o conceito de dinheiro e na validade lógica e histórica dessa construção, a crítica é efetuada a partir do entrelaçamento entre a construção teórica de Marx sobre o dinheiro e sua metodologia.

Na próxima seção é exposta de maneira sumária a derivação lógica de Marx das formas do valor. A seção 3 apresenta a interpretação de Itoh e Lapavitsas sobre o dinheiro como forma do valor e sua resposta ao problema das categorias lógicas e históricas na derivação dessa forma. A seção 4, por sua vez, discute alguns problemas metodológicos dessa interpretação e as consequências teóricas desses equívocos. Por fim, a seção 5 expõe as conclusões da análise.

2. Dinheiro e as Formas do Valor

O modo como Marx desenvolve a sucessão das formas do valor, a partir da comparação entre as mercadorias na troca, processo que resulta no estabelecimento do dinheiro como forma mais adequada de expressão do valor, como “equivalente geral”, é bastante conhecido e encontra-se didaticamente exposto no primeiro capítulo do livro 1 de O Capital (MARX, 1996). Por isso, apenas passaremos sumariamente a exposição dessas formas, a fim de prosseguir ao argumento de Itoh e Lapavitsas.

Marx inicia O Capital com a análise da mercadoria. O dinheiro surge inicialmente como um momento dessa análise. Assim, a mercadoria primeiro é analisada em seu duplo aspecto – valor de uso e valor – o qual espelha o duplo aspecto do trabalho – trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto é o fundamento do valor de uso, enquanto o trabalho abstrato é o fundamento do valor. Mas se o trabalho abstrato, e portanto o valor, é objetivamente uma expressão social (“unidade social de trabalho”) o valor só pode se manifestar em uma relação social entre as mercadorias (MARX, 1996, p. 176). Nessa relação entre mercadorias, que obviamente é a troca, o valor assume a forma de valor de troca. E a forma mais simples dessa relação, ou seja, do valor de troca, é a troca simples entre duas mercadorias. Nessa relação, uma mercadoria A, ao ser trocada por uma mercadoria B, expressa seu valor de troca na própria mercadoria B (em sua materialidade e em sua quantidade física). Por exemplo, se 20 varas de linho são trocadas por 1 casaco, então o valor de troca de 20 varas de linho é 1 casaco. Marx chama a primeira mercadoria de “forma relativa” e a segunda, o casaco no qual 20 varas de linho expressam seu valor, de “forma equivalente”. A partir dessa forma simples, que encerra “o segredo de toda forma de valor”, Marx deduz as sucessivas formas do valor através da relação entre as mercadorias relativas e seus equivalentes:

1) Forma Simples ou Acidental do Valor:

$$x \text{ mercadoria A} = y \text{ mercadoria B}$$

(20 varas de linho = 1 casaco)

2) Forma Completa ou Expandida :

$$y \text{ varas de linho} = x \text{ casacos} = a \text{ ferro} = b \text{ trigo} \dots$$

$$y \text{ varas de linho} = \begin{cases} x \text{ casacos} \\ a \text{ ferro} \\ b \text{ trigo} \dots \end{cases}$$

3) Forma Geral do Valor:

$$\begin{cases} y \text{ linho} \\ x \text{ casacos} \\ a \text{ ferro} \\ b \text{ trigo} \dots \end{cases} = z \text{ cevada} \quad (\text{forma equivalente geral})$$

4) Forma Dinheiro:

$$\begin{cases} y \text{ linho} \\ x \text{ casacos} \\ a \text{ ferro} \\ b \text{ trigo} \dots \end{cases} = z \text{ ouro} \quad (\text{mercadoria dinheiro})$$

Enquanto a forma simples representa uma relação “acidental” entre a quantidade de uma mercadoria e a quantidade de outra mercadoria qualquer na troca, a forma completa representa toda a série de relações de troca nas quais essa mercadoria pode entrar. A forma geral, por sua vez, representa o ponto em que o valor de troca de todas as mercadorias é representado em uma mesma mercadoria, o que significa que a divisão entre o valor de uso particular de cada mercadoria e o valor adquiriu universalidade: “evidencia-se, com isso, que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera ‘existência social’ dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social por todos os lados, e sua forma, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida.” (MARX, 1996, p. 193).

Toda a evolução dialética das relações entre as mercadorias, impulsionada pela contradição entre valor de uso particular e valor universal, já se encontra plenamente realizada na forma geral do valor. A única mudança entre a forma geral e a forma dinheiro é que nesta última o equivalente geral é encarnado pela mercadoria que, historicamente, constituiu a função de equivalente geral e a monopolizou, o ouro. Na forma geral, uma mercadoria é

excluída da forma relativa e elevada ao papel de equivalente geral. A forma dinheiro surge “só a partir do momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadoria”, e assim “a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral” (MARX, 1996, p. 196).

A conclusão da exposição de Marx é a de que o ouro, que historicamente conquistou o monopólio da função de equivalente geral, só pode ser dinheiro porque pressupõe as formas anteriores do valor, de modo que a forma geral contém retroativamente a forma completa, que por sua vez se resolve na forma accidental. “A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro.” (MARX, 1996, p. 197).

3. A Origem Social do Dinheiro

Ao elaborar sua concepção de dinheiro a partir da interação entre as mercadorias, Marx acabou sendo associado por muitos heterodoxos à tradição clássica (e neoclássica) do dinheiro mercadoria tal como apresentada desde Adam Smith. Nesse caso, a ênfase no ouro, tornou a teoria de Marx sujeita a um fácil ataque teórico quando o dólar, meio de pagamento internacional, teve sua conversibilidade em ouro abolida em 1971. Mas a rejeição à proposição de que o dinheiro é uma mercadoria é muito mais antiga e se tornou um dos pilares de boa parte da tradição heterodoxa em economia. Pois essa rejeição surge em paralelo à crítica heterodoxa ao “mito do escambo” (GRAEBER, 2011, cap. 2), um dos fundamentos da visão ortodoxa. Esse “mito” corresponde à ideia de que o dinheiro surge a partir de uma sociedade que funciona sobre a troca direta de mercadorias: dadas as dificuldades envolvidas na troca direta, o dinheiro, uma mercadoria especial que passa a ser usada para adquirir outras mercadorias, é introduzido a fim de facilitar as trocas.

Ao criticar essa visão, denunciando sua completa falta de suporte empírico, economistas, historiadores e antropólogos se voltaram para as fontes históricas em busca de evidências sobre como efetivamente se deu a origem do dinheiro. O resultado é um grande acúmulo de registros históricos que dão suporte a um quadro geral totalmente diverso: a origem do dinheiro deve ser buscada não na troca de mercadorias, mas em relações sociais de crédito/débito, uma vez que o dinheiro surge, nas sociedades antigas, como unidade de conta abstrata estipulada pelo Estado para administrar essas relações de dívida (HENRY, 2004; HUDSON, 2004; INGHAM, 2001).

Como dito anteriormente, a evidência histórica coloca dificuldades para a teoria marxista: como manter a concepção de Marx de que o dinheiro deriva das relações entre

mercadorias? Nos parece que o problema, nesse caso, é ainda maior do que aquele introduzido pelo dólar inconvertível, pois este último pode ser incorporado no desenvolvimento lógico de Marx como “forma dinheiro inconvertível”, mesmo que se assuma o fim da relação entre o dinheiro e o ouro (PAULANI; ROTA, 2009)⁴. Mas a evidência levantada por historiadores e antropólogos coloca em questão todo o edifício teórico da exposição de Marx em relação ao dinheiro. Não que Marx desenvolva uma versão do mito do escambo, mas sua concepção de dinheiro encontra-se indissolúvelmente ligada à esfera da troca de mercadorias, e como mostra Ingham (2001), os estudos históricos sugerem outra concepção sobre a própria natureza do dinheiro.

Por outro lado, esse confronto “externo” entre a teoria e a realidade histórica aponta um problema “interno” à própria construção teórica marxiana: o conceito de dinheiro é desenvolvido *logicamente* a partir das relações de valor entre as mercadorias, mas essas próprias relações são *historicamente* posteriores ao dinheiro⁵. Um modo simples de se resolver o problema seria postulando, à maneira althusseriana, uma separação completa entre o elemento lógico e o histórico em Marx. Mas isso significaria ignorar as passagens em que o próprio Marx alude ao desenvolvimento histórico do dinheiro relacionando-o às trocas de mercadorias. Por exemplo, Marx (2008, p. 79) nos diz que:

... o processo de troca das mercadorias não aparece originariamente no seio das comunidades primitivas, senão onde estas terminam: em suas fronteiras, nos raros pontos de contato com outras comunidades. [...] A gradual extensão da troca, o desenvolvimento das trocas e a multiplicação das mercadorias trocadas tornam necessária a evolução da mercadoria até o valor de troca, incitam à constituição do dinheiro e, por conseguinte, exercem uma ação destrutiva sobre a troca direta.

O problema, então, é bem delineado por Itoh e Lapavistas (1999, p. 38):

If the ancient origin of commodity exchange lies in intercommunal economic interaction, as Marx is suggesting [...], it is problematic to locate the logical foundations of the money form in intrasocial relations of labour summed by the labour theory of value.

A solução de Itoh e Lapavistas, dissociar a “forma do valor” da “substância do valor”, trabalho social abstrato, possibilita que a exposição do desenvolvimento lógico dessa forma seja conciliada com a exposição do desenvolvimento histórico. Toda a argumentação dos autores se baseia assim na seguinte afirmação:

⁴ Não nos ocupamos aqui sobre se essa incorporação é correta ou não, ou sobre se o dólar inconvertível substitui a necessidade de uma mercadoria no papel de dinheiro.

⁵ Marx repetidas vezes alude ao caráter “antediluviano” do dinheiro.

Marx's theory of the forms of value, and the clarification of the logical relations between commodities and money, can be presented without explicit reference to the substance of value as abstract labour embodied in commodities. (ITOH; LAPAVITSAS, 1999, p. 37)

A ligação entre o trabalho abstrato e o valor de troca (forma do valor) de uma mercadoria, seria uma característica historicamente específica ao capitalismo. Uma vez que o desenvolvimento lógico das formas do valor, a partir da relação entre mercadorias, não necessita da teoria do trabalho abstrato como substância do valor, a exposição da gênese histórica do dinheiro pode seguir essa exposição lógica fazendo referência unicamente à troca de mercadorias, relação existente muito antes do capitalismo. Desse modo, as formas do valor, e por fim o dinheiro, surgem da propriedade comum das mercadorias de solicitar troca (*"to request exchange"*) (ITOH, LAPAVITSAS, 1999, p. 38).

Itoh e Lapavitsas expurgam dessa forma a abstração dos trabalhos concretos do conceito de "forma do valor". Se Marx inicialmente (na primeira seção do capítulo 1 de O Capital) vê o fundamento do valor de troca no valor, como fruto da abstração dos valores de uso particulares e, portanto, dos trabalhos concretos particulares despendidos na produção das mercadorias, para os autores, ao desenvolver a exposição das formas do valor Marx teria deduzido o valor de troca simplesmente da evolução das trocas das mercadorias. Pois o fato de serem produtos do trabalho humano não seria a única propriedade comum às mercadorias (abstraídos seus valores de uso particulares): todas as mercadorias ainda apresentariam a propriedade comum de estarem sujeitas à troca, de poderem "solicitar troca". Portanto, todas as mercadorias possuiriam valor de troca tão logo fossem mercadorias, e o valor de troca (forma do valor) seria lógica e historicamente precedente ao trabalho humano abstrato como fonte do valor. Esse procedimento, que afirma a separação entre o valor de troca e o valor, entre a forma e a substância do valor, se ancora em uma interpretação da teoria do valor de Marx bastante difundida pela escola japonesa de Uno e encontra-se bem desenvolvido em Itoh (1980, cap. 2).

O ponto principal dessa interpretação é que o tempo de trabalho abstrato despendido na produção de uma mercadoria só é atado ao preço dessa mercadoria, como uma necessidade da reprodução social, no capitalismo. Isto porque, nas sociedades pré-capitalistas, o grosso do trabalho social é determinado por considerações alheias à produção de mercadorias, assim como a maior parte da produção social não assume forma mercantil. A regulação dos preços das mercadorias por meio do trabalho abstrato seria uma característica exclusiva e determinante da "singularidade histórica da produção capitalista" (ITOH, 1980, p.52-53). Por

outro lado, tanto o trabalho abstrato (e sua divisão social necessária à reprodução) quanto o valor de troca das mercadorias existiriam nas sociedades pré-capitalistas, mas separados.

A partir dessas proposições Itoh e Lapavitsas (1999, p. 34-36) reconstroem a exposição lógica das formas do valor para mostrar como Marx teria solucionado o “enigma do dinheiro”, nomeadamente, a monopolização da troca direta com todas as demais mercadorias. Para os autores, as sucessivas formas do valor, apresentadas na seção anterior, representam passo a passo o modo como o dinheiro surgiu como monopolizador das trocas. Na forma accidental do valor (1), a mercadoria que representa a “forma relativa” solicita troca com a outra mercadoria, que então ocupa a “forma equivalente”, ou melhor, o proprietário da primeira mercadoria (p. ex. linho) solicita a troca pela segunda mercadoria (p. ex. casaco). Nesse nível, a ocorrência da troca é fortuita, pois nada garante que o proprietário do casaco aceite a troca. Mas o proprietário do linho também pode requerer troca com inúmeras outras mercadorias, de onde temos a forma expandida do valor (2). A forma geral do valor (3) surge quando certa mercadoria torna-se frequentemente escolhida para agir como o equivalente de outras mercadorias (p. ex. chá). Nesse caso, como a mercadoria em questão, o chá, adquire uma capacidade de troca com muitas outras mercadorias, os proprietários de mercadorias começam a solicitar trocas generalizadas de suas mercadorias por chá, e o chá começa a monopolizar a troca direta. Historicamente, esse papel coube em geral aos metais preciosos. Quando o ouro é fixado como equivalente geral, se estabelece a forma dinheiro do valor (4).

Desse modo, a evolução das formas do valor é entendida como o processo pelo qual o dinheiro surge como monopolizador das trocas, e as relações entre as mercadorias evoluem simplesmente por sua propriedade comum de solicitar troca. Como resultado: “Marx’s theory of the form of value posits money as the spontaneously emerging nexus of the anarchical exchange process.” (ITOH; LAPAVITSAS, 1999, p. 36). Lapavitsas (2003) retoma essa interpretação em sua polêmica com Ingham (2001) sobre a origem histórica do dinheiro. Enquanto ambos os autores concordam que o dinheiro seja constituído por relações sociais, aliás, esse ponto é bastante enfatizado, Lapavitsas localiza a gênese do dinheiro nas relações entre proprietários de mercadorias estranhos entre si, e não nas relações de crédito e débito como postula Ingham.

As relações sociais das quais fala Lapavitsas ocorrem necessariamente entre proprietários estranhos entre si por que o comércio se desenvolveu não no interior das comunidades primitivas mas nos pontos de encontro *entre* essas comunidades. E é consenso no debate o fato de que as sociedades antigas se organizavam por meio de relações sociais completamente diversas das de mercado. A evolução das formas do valor explicaria como

esses povos estranhos entre si, ao trocar os produtos excedentes com membros de outras comunidades criaram o dinheiro como “monopolista da habilidade de comprar” (LAPAVITSAS, 2003, p. 14-15). Ao entrar em contato, uma das comunidades ou indivíduos buscando transacionar deve fazer uma solicitação de troca, dando origem à forma (1)⁶. Daí segue-se a forma (2) quando as trocas entre as respectivas comunidades tornam-se mais frequentes, estabelecendo relações de troca mais estáveis. Por fim, o segredo de todo o processo encontra-se na passagem para a forma (3), quando se estabelece o equivalente universal: a forma equivalente contém em si uma assimetria, uma vez que ela expressa o desejo de troca de todas as demais mercadorias. Assim, quando uma mercadoria, por costume social ou considerações extra-econômicas (como suas propriedades físicas) é constantemente requerida como equivalente, essa assimetria aumenta e tal mercadoria é cada vez mais demandada como equivalente. O dinheiro, forma (4), surge tão logo a assimetria seja levada ao extremo e uma única mercadoria monopolize a habilidade de comprar. Tal seria o processo histórico pelo qual as comunidades através da troca com o exterior desenvolvem a forma dinheiro, forma indissolivelmente ligada aos mais importantes artigos de troca com o mundo externo a essas comunidades.

Em suma, a distinção entre substância e forma do valor permite a Itoh e Lapavitsas derivarem o conceito de dinheiro sem fazer referência ao trabalho abstrato como fonte do valor, e dessa forma os autores podem conciliar a exposição lógica de Marx com o que consideram ser as especificidades históricas (a lei do valor só existe sob o capitalismo e é uma relação intra-comunitária, mas o dinheiro é anterior e advém das relações entre comunidades). Além disso, podem apresentar uma resposta ao desafio lançado por Ingham e outros, localizando a origem social do dinheiro nas relações de troca e apresentando sua gênese histórica como o processo que leva à instituição do dinheiro como monopolista da habilidade de comprar. Na próxima seção, levantamos alguns problemas metodológicos que permitem questionar essa solução e que, ao nosso ver, explicam a vulnerabilidade da abordagem de Itoh e Lapavitsas a críticas e apontam dificuldades desses autores no tratamento de outras questões relacionadas à natureza do dinheiro.

⁶ Lapavitsas (2003, p. 14), usa como exemplo a descrição de Heródoto do comércio cartaginês, em que os cartagineses, ao chegarem em um país, dispunham seus produtos na praia como uma oferta à venda e aguardavam que os nativos dispusessem uma quantidade de ouro equivalente como troca.

4. Dinheiro e Valor: Aspectos Metodológicos

A título de esclarecimento, não pretendemos discutir as evidências históricas ou as relações sociais que de fato fizeram surgir o dinheiro. Não pretendemos disputar aqui as interpretações concorrentes acerca dessa origem. Concordamos com Lapavitsas (2003) que o dinheiro é expressão de relações sociais, e que estas não são relações de crédito e débito, mas relações que se desenvolvem no âmbito da troca de mercadorias. Mas o objeto desse artigo é outro. Tampouco pretendemos rejeitar toda a resposta de Lapavitsas (2003) à crítica de Ingham (2001) ou toda a formulação de Itoh (1980) e Itoh e Lapavitsas (1999) sobre a forma do valor. Pretendemos tão somente levantar questionamentos sobre a maneira como os autores desenvolvem sua abordagem ao separar a forma e a substância do valor, e discutir algumas implicações desse procedimento. Acreditamos que o problema pode ser melhor compreendido levando-se em consideração seus aspectos metodológicos. A esse respeito, destacam-se três pontos: a relação entre dinheiro e valor, o conceito de dinheiro e a hipótese histórica da gênese do dinheiro.

Itoh e Lapavitsas (1999, p. 40) afirmam, corretamente, que um aspecto distintivo da teoria monetária de Marx é que as funções do dinheiro derivam do que o dinheiro *é*, ao contrário da abordagem ortodoxa em que se assume que dinheiro é qualquer coisa que faça o que o dinheiro *faz*. Assim, o que o dinheiro é, em uma abordagem marxista, constitui seu conceito. Portanto, o conceito de dinheiro exposto por Itoh e Lapavitsas é a chave para sua interpretação, mas esse conceito é ao mesmo tempo o resultado de seus pressupostos e o fundamento de suas conclusões, como veremos a seguir.

Os pressupostos essenciais da exposição de Itoh e Lapavitsas residem na interpretação da lei do valor citada anteriormente. Que a substância e a forma do valor sejam coisas distintas, na própria visão de Marx, parece incontestável. Que a lei do valor seja historicamente específica parece igualmente certo. Mais ainda, os autores demonstram ser possível apresentar a derivação lógica das formas do valor sem qualquer referência ao trabalho abstrato como fonte de valor. Mas isso é teoricamente correto? Qual a justificativa para esse procedimento?

Em primeiro lugar, a demonstração de que é possível derivar logicamente as formas do valor sem referência ao trabalho abstrato, não corresponde à demonstração inversa, isto é, de

que seja impossível derivá-las a partir do trabalho abstrato⁷. Então a afirmação dessa impossibilidade seria justificada pela mencionada contradição entre o caráter historicamente específico da lei do valor e a gênese do dinheiro nas trocas de mercadorias. Mas essa leitura mostra-se equivocada em sua essência por confundir o desenvolvimento lógico do conceito de dinheiro, assim como do conceito de valor, com os momentos históricos de sua existência. Em consequência, também se perde a conexão entre os momentos lógicos da teoria de Marx. Itoh (1980, p. 52-53) localiza a especificidade do capitalismo na regulação dos preços das mercadorias pelo valor, ou seja, pelo trabalho abstrato. Mas a esse respeito, Paulani (1994) aponta corretamente que a lei do valor, no capitalismo, só é afirmada por meio de sua negação, e que essa análise é consequência do método dialético de Marx, que busca a essência do fenômeno nas leis que invertem a aparência, isto é, que invertem a aparência a partir de dentro e distinguem assim a aparência da essência. De outro lado, a autora mostra que a junção entre lei do valor e capitalismo é produto da confusão entre a economia capitalista e a economia mercantil, quando se entende que o capitalismo é uma espécie do gênero economia mercantil. Esse parece exatamente o fundamento da visão de Itoh e Lapavistas.

Assim, a análise de Itoh (e de Lapavistas) confunde dois momentos: o da produção mercantil simples e o da produção capitalista. A lei do valor é lei suficiente e necessária da produção mercantil simples, enquanto a produção capitalista na realidade in(ter)verte essa lei convertendo-a em lei da apropriação capitalista (MARX, 1996b, cap. 22). O essencial aqui é que não se tratam de dois estágios históricos distintos, mas de dois momentos lógicos da análise, dois níveis de abstração distintos. Por isso, Itoh e Lapavistas se equivocam ao atribuir a lei do valor, e, portanto, a relação entre a forma e a substância do valor, unicamente à análise do capitalismo desenvolvido, isto é, à análise da produção capitalista propriamente dita, que só se inicia a partir do capítulo 4 de *O Capital*. Desse ponto de vista, a tentativa de Marx de derivar o valor a partir da relação entre valor de troca e valor de uso, logo no início do primeiro capítulo só poderia parecer contraditória, ou ainda um resquício da influência da economia política clássica (ITOH, 1980, p. 50-52)⁸.

Ao contrário, Marx inicia com o valor de troca, a própria forma do valor, e só pode iniciar dessa forma, porque o valor de troca é a primeira característica aparente da mercadoria, junto com o valor de uso. Demonstrar a necessidade teórica do valor significa demonstrar sua

⁷ “The position taken in this book is that it is impossible to bare the logical derivation of the forms of value and the explanation of the spontaneous emergence of money on the substance of value as crystalised labour.” (ITOH; LAPAVITSAS, 1999 p. 38)

⁸ Itoh chega a argumentar que a originalidade da teoria do valor de Marx só se inicia a partir da seção três do primeiro capítulo, em que Marx expõe as formas do valor, e na qual teria “corrigido” a exposição das seções anteriores, pautadas pela influência dos clássicos.

conexão imanente com seus elementos mais aparentes, o valor de uso e o valor de troca. Assim, é a partir da oposição, externa, aparente, entre o valor de troca e o valor de uso da mercadoria que se pode compreender a oposição interna que constitui a mercadoria: a oposição entre valor de uso e valor. E é como negação do valor de uso que o valor de troca aparece como forma necessária do valor e que os produtos do trabalho concreto aparecem como produtos do trabalho indiferenciado, do trabalho humano abstrato. É claro que a plena transformação dos produtos do trabalho em mercadorias e a regulação dos valores de troca pelo trabalho abstrato, a lei do valor, pressupõem já, na prática, as relações capitalistas de produção: a universalização da troca mercantil pressupõe a transformação da força de trabalho em mercadoria. Mas tomar essa pressuposição como também necessária do ponto de vista da ordem teórica constitui um equívoco metodológico. Pois, na prática, as relações capitalistas pressupõem relações pré-capitalistas, que pressupõem outras tantas relações anteriores e todas essas relações se condicionam mutuamente, de maneira que simplesmente reproduzir esse quadro caótico leva apenas à confusão.

Ao contrário, em seu texto consagrado ao “método da economia política”, Marx (2008, p. 257-268) esclarece que seu método, em oposição ao dos economistas clássicos, consiste em ir das relações mais simples e abstratas, às relações mais concretas, mas que esse procedimento, cientificamente correto para aprender a conexão entre as relações internas de uma dada sociedade, não pode espelhar sempre a ordem do desenvolvimento histórico das categorias. Exatamente porque cada época histórica apresenta uma configuração específica das diversas categorias, mesmo as mais abstratas e universais, o desenvolvimento lógico correto dessas categorias só pode expressar a conexão dessas categorias da forma como elas se relacionam nessa época histórica, em nosso caso, no capitalismo. E essa é a única forma de respeitar a especificidade histórica das categorias e não projetar essas categorias no desenvolvimento histórico, subsumindo este último (por exemplo, quando se trata as trocas capitalistas da mesma forma que as trocas entre as comunidades primitivas). Isto significa, para o nosso objeto, que não há qualquer necessidade de abandonar a análise da substância do valor ao tratar da forma do valor, do dinheiro. Ao contrário, como a mercadoria é a mais simples relação, a mais simples forma da riqueza sob o capitalismo, sendo o dinheiro seu resultado, mas ainda mais simples do que o capital, Marx analisa a sociedade capitalista exatamente nessa ordem: mercadoria, dinheiro, capital. Valor, valor de troca e dinheiro são relações desenvolvidas plenamente nos dois primeiros níveis, e devem ser analisadas, primeiro, ao nível de abstração da circulação mercantil simples e não da produção capitalista.

Constitui, portanto, um grande equívoco metodológico situar a lei do valor ao nível da análise do capital e, *por essa razão*, expulsar o trabalho abstrato do conceito de dinheiro como forma do valor. As consequências desse equívoco tornam-se evidentes quando Itoh e Lapavitsas procuram dar uma solução ao problema sobre se o dinheiro, como medida de valor, precisa necessariamente ter valor. A abordagem que desenvolvem os impede sequer de tratar o problema como tal. Uma vez que os autores consideram a relação necessária entre o dinheiro e o valor apenas sob o ponto de vista da produção capitalista plenamente desenvolvida, o dinheiro, como medida de valor, teria apenas relevância conforme conseguisse expressar os preços de produção. E concluem:

Now, whether money is itself a commodity, and thus possesses value, does not have a direct bearing on the redistribution of surplus value among capitals. The accounting prices that enable the process to take place depend on the prevailing average rate of profit, on the organic composition of the competing capitals and on the length of turnover. There is no reason why these accounting prices could not be set in units of a valueless money. (ITOH; LAPAVITSAS, 1999, p. 42)

Ao invés de uma solução ao problema, esse “desvio” injustificado pelos preços de produção na realidade é uma forma de evitar o problema, e termina por tornar irrelevante a própria teoria do valor para a formação dos preços.

Qual então é o conceito de dinheiro que se extrai da análise de Itoh e Lapavitsas? O dinheiro nessa abordagem é a forma do valor, certo, mas é pura forma sem conteúdo, uma vez que após separarem analiticamente a substância e a forma do valor, os autores se esquecem de uni-las novamente. Quando o fazem, a união já não se relaciona mais ao conceito de dinheiro ou ao conceito de mercadoria, mas à função destes na produção capitalista plenamente desenvolvida. O conceito apresentado, então, é o de dinheiro como forma do valor (separada da substância do valor), dinheiro como “nexo emergente do processo de troca” (ITOH; LAPAVITSAS, 1999, p. 36), ou dinheiro como “monopolista da habilidade de comprar” (LAPAVITSAS, 2003, p. 15). Posto de forma clara, esse “nexo social” que emerge do processo de troca não é mais do que a monopolização, por parte do dinheiro, da “habilidade de comprar”, a monopolização da forma equivalente. E como essa monopolização é o objetivo de todo o processo, e constitui o “enigma do dinheiro”, o dinheiro encerra aí todo o seu conceito. Nenhuma referência é necessária ao trabalho abstrato, dado que a evolução das formas do valor ocorre impulsionada pela “propriedade comum das mercadorias de solicitarem a troca”. Obviamente não se pode *derivar* desse conceito qualquer função a não ser a de meio de compra, a despeito da insistência de Lapavitsas de que as funções do dinheiro seguem de sua natureza. O dinheiro aqui é uma pura forma e só pode ser forma *do*

valor, se o valor for agregado externamente ao seu conceito. Igualmente, o dinheiro só pode expressar o valor das mercadorias, e assim servir como medida do valor, se alguma lei externa ao funcionamento do dinheiro, como a lei do valor na interpretação dos autores, impuser a ligação entre a forma e a substância do valor.

Tudo isso está bem distante da exposição que Marx faz das formas do valor e do conceito de dinheiro resultante, pela simples razão de que Marx não desenvolve sua teoria do dinheiro separada de sua teoria do valor, ao contrário, forma e substância do valor são momentos de um mesmo processo⁹, e isso é *necessário* para a coerência lógica da teoria. Como afirma Astarita (2006), que aqui segue Hegel, para que um conceito siga a lógica da própria coisa, isto é, seja fruto de uma necessidade imanente de seu objeto e não de uma qualidade externa arbitrária, o conceito deve ser fruto de um processo no qual os pressupostos são fundados pela própria conclusão. Isso significa não apenas que o conceito é o ponto de partida e de chegada, mas que ambos não são arbitrários. E é precisamente este o procedimento de Marx. Quando Marx expõe o desenvolvimento das formas do valor até a forma dinheiro, ele está exatamente demonstrando a necessidade de seu pressuposto de que o segredo do dinheiro se encontra na relação de valor entre as mercadorias. Por isso, quando Marx chega à sua conclusão, à “forma dinheiro do valor”, ele simplesmente afirma que esta já se encontrava pressuposta nas formas anteriores, e que a “forma simples” já contém em si todas as determinações fundamentais.

O conceito de dinheiro que emerge da exposição de Marx, assim, é derivado diretamente de seu conceito de valor: o dinheiro como forma do valor é a expressão independente do valor, é a própria encarnação do trabalho social abstrato na forma equivalente de uma mercadoria particular. O dinheiro é a forma em que se “resolve” a contradição, inerente a toda mercadoria, entre a particularidade do valor de uso e a universalidade do valor. Todo o desenvolvimento das formas do valor é o desenvolvimento lógico necessário dessa relação, e o dinheiro é o último estágio desse desenvolvimento por que ao transformar *uma única* mercadoria em equivalente geral permite que a relação de troca entre as mercadorias se expresse sem ambigüidades: de um lado, todos os valores de uso particulares na forma relativa, de outro, o valor na forma equivalente.

Na sua exposição, Marx (1996, cap. 1, seção 3) deixa pouco espaço para a dúvida sobre em que consistem essas relações de troca analisadas: são relações entre o trabalho

⁹ Assim, referindo-se à relação entre o valor e o valor de troca Marx explica seu procedimento de forma análoga ao procedimento exposto em seu texto sobre o método: “Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. Nós precisamos agora voltar a essa forma de manifestação do valor” (MARX, 1996, p. 176).

abstrato contido nas mercadorias trocadas. Basta conferir as inúmeras referências explícitas feitas ao trabalho social abstrato, substância do valor, na derivação das formas do valor. Essas referências, como argumentado, não são casuais, mas necessárias, internas ao conceito de dinheiro. Pois a forma dinheiro é a forma na qual a abstração do trabalho adquire objetividade social e validade geral. Por isso o dinheiro é fruto de relações sociais nas quais o trabalho é efetuado de forma privada e só se torna social com a mediação de uma mercadoria singular que encarna a universalidade do trabalho abstrato.

A única coisa à qual Marx não se refere, nem poderia, é à “propriedade comum de todas as mercadorias de solicitar troca”, identificada por Lapavitsas. Quais são, então, as “relações sociais” das quais Lapavitsas (2003) deriva ao mesmo tempo a gênese histórica e lógica do dinheiro? Elas se reduzem, simplesmente, a essa “propriedade” de todas as mercadorias, que no fundo não passa de mera tautologia, pois se o processo de troca é a troca de mercadorias, então as mercadorias só podem “solicitar troca”. É assim que a hipótese histórica avançada por Lapavitsas (2003), e já presente em Itoh e Lapavitsas (1999, cap. 2) de que o dinheiro se desenvolve a partir da troca entre comunidades primitivas, conforme os possuidores de mercadoria, desconhecidos entre si, solicitam troca é vazia de conteúdo histórico. Isto é, esse conteúdo só pode ser agregado de fora à forma em questão. É suficiente a esse respeito lembrar que Lapavitsas assume que a propriedade fundamental do dinheiro é ser o “monopolista da habilidade de comprar”, uma propriedade que surge na passagem da forma (2) para a forma (3), e é concluída na forma (4) do valor. Marx (1996, p. 197) afirma que todas as determinações fundamentais estão explicadas no desenvolvimento da forma (1) até a (3), e a forma (4) é derivada da necessidade de que a expressão relativa do valor encontre consistência e validade social geral na forma equivalente, o que, como afirmamos, significa que o trabalho social abstrato só pode ser efetivamente representado enquanto tal na forma de uma única mercadoria (e não em inúmeros equivalentes ou em vários equivalentes gerais). Para Lapavitsas (2003, p. 14-15), ao contrário, a forma (3), equivalente geral, se desenvolve quando uma mercadoria passa a ser constantemente solicitada para a troca, e assim aumenta sua habilidade de comprar e passa a ser mais solicitada por isso, até que o costume social leve à adoção de uma única mercadoria a ser solicitada para a troca. Apesar de intenções contrárias, a semelhança dessa dedução com a hipótese ortodoxa de Menger do dinheiro como mercadoria “mais vendável” é clara. E assim se diluem as especificidades históricas.

5. Conclusão

Para fins de conclusão voltemos ao problema levantado na introdução. A relação entre a exposição lógica de Marx e o desenvolvimento histórico do dinheiro apresenta atualmente duas dificuldades. A primeira é derivar o dinheiro das relações sociais de valor, determinadas pelo trabalho abstrato, e historicamente posteriores ao surgimento do dinheiro. A segunda é como conciliar ou enfrentar as evidências históricas que apontam para a gênese do dinheiro fora da esfera da troca de mercadorias. Neste artigo não foi discutido o problema em si, mas uma resposta específica ao problema: a de Itoh e Lapavitsas. Esta resposta consiste em: primeiro, afirmar a separação entre o desenvolvimento da forma do valor e a substância do valor, de modo que seria possível expor a sucessão lógica das formas do valor sem qualquer referência ao trabalho abstrato como fonte do valor. Segundo, uma vez que o dinheiro seria simplesmente a forma do valor, as etapas lógicas dessas formas podem corresponder às etapas históricas efetivas. Por fim, se desenvolve uma abordagem alternativa que explique o surgimento do dinheiro a partir das trocas de mercadorias, em contraposição às evidências mencionadas.

Procuramos argumentar que alguns equívocos metodológicos que subjazem a essa resposta tornam a abordagem de Itoh e Lapavitsas insatisfatória para responder ao problema. Em especial, a confusão entre os elementos lógicos e históricos na construção da teoria de Marx e entre níveis distintos de abstração terminam por amarrar as conclusões a uma exposição carente de conteúdo histórico. Isso, em nossa visão, torna a resposta marxista aos questionamentos de outras correntes facilmente suscetível a críticas. Por exemplo, em réplica à crítica de Lapavitsas, Ingham (2006) rapidamente aponta a similaridade entre a abordagem daquele e a de Menger, e caracteriza a posição de Lapavitsas como análoga à posição ortodoxa construída sobre o mito do escambo. Além disso, Ingham aponta a falta de evidências históricas convincentes que apóiem a hipótese de Lapavitsas.

Desse modo, a razão para fundamentar este artigo em uma extensiva crítica da visão de Itoh e Lapavitsas, privilegiando os aspectos metodológicos, está na crença de que uma abordagem que leve em consideração o método com que Marx constrói seu conceito de dinheiro e as razões para fazê-lo dessa forma, constitui a única forma de fortalecer os argumentos marxistas em confronto com outras teorias e com as evidências históricas (do passado ou do presente). Podemos aqui apontar três pontos que a análise precedente demonstrou importantes para um desenvolvimento do problema. Em primeiro lugar, a relação das categorias lógicas na exposição de Marx não é fortuita, mas segue uma necessidade

imane. Essa necessidade não tem correspondência direta com a ordem em que essas categorias aparecem historicamente, mas exatamente esse procedimento permite captar as especificidades históricas. Em segundo lugar, a separação analítica entre a dedução das formas do valor e do trabalho abstrato como substância do valor é não apenas desnecessária, mas também equivocada. Por fim, as relações sociais são relações sociais historicamente específicas, e não relações abstratas entre “coisas” como mercadoria ou dinheiro.

Não obstante, acreditamos que o trabalho de Itoh e de Lapavistas constitui uma importante aproximação a um embate teórico negligenciado e talvez erroneamente evitado. Acreditamos que a teoria monetária de Marx, quando compreendida em seus aspectos teóricos e metodológicos complexos se encontra bem equipada frente às demais abordagens e aos desafios da análise empírica. Mas isso ainda é objeto para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- ASTARITA, R.; **Dialectica y Dinero en Marx**. 2006. Disponível em: <<http://rolandoastarita.com/DIALECTICAYDINEROENMARX.htm>>
- CORAZZA, G; O Dinheiro como Forma do Valor. **RSEP**, n.11, p. 28-32, dez. 2002.
- GERMER, C; O Caráter de Mercadoria do Dinheiro. **RSEP**, n.11, p. 5-27, dez. 2002.
- HENRY, J.F.; The Social Origins of Money: the case of Egypt. In: WRAY, L.R.; **Credit and State Theories of Money**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- HUDSON, M.; The Archaeology of Money: Debt versus Barter Theories of Money's Origins. In: WRAY, L.R; **Credit and State Theories of Money**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- INGHAM, G.; Fundamentals of a Theory of Money: untangling Fine, Lapavitsas and Zelizer. **Economy and Society**. 30 (3). 2001. p.304-23.
- INGHAM, G.; Further Reflections on the Ontology of Money: responses to Lapavitsas and Dodd. **Economy and Society**. 35 (2). 2006. p. 259-278.
- ITOH, M.; **Value and Crisis**. New York and London: Monthly Review Press, 1980.
- ITOH, M.; LAPAVITSAS, C.; **Political Economy of Money and Finance**. London: Palgrave MacMillan, 1999.
- LAPAVITSAS, C.; Money as a 'Universal equivalent' and its origin in commodity exchange. London, UK: **School of Oriental and African Studies**, 2003
- MARX, K.; **O Capital**. Volume 1, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K.; **O Capital**. Volume 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- MARX, K.; **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOSELEY, F. (ed.); **Marx's Theory of Money**: modern appraisals. London: Palgrave MacMillan, 2005.
- PAULANI, L. Sobre Dinheiro e Valor: uma crítica às posições de Brunhoff e Mollo. **REP**. vol. 14, n.3 (55). 1994.
- PAULANI, L.M., ROTTA, T.N.; A teoria monetária de Marx: atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo. **Revista Economia**, v.10, n.3, pp.609-633. Brasília: 2009.
- SMITHIN, J. (ed.); **What is Money?** London: Routledge, 2000.